

# O mercado e a dona de casa

As súbitas flutuações do mercado financeiro são sintoma de que os agentes econômicos estão inquietos. Fossem eles apenas, e a situação seria contornável, dada a confiança de que goza o ministro da Economia. O risco que a atual conjuntura oferece é a dona de casa (teoricamente um agente econômico, mas na prática apenas mera poupadora de pequenas importâncias), que se deixa guiar mais pelo rumor que ouve na rua ou pelo preço que vê na feira livre, também se tomar de inquietação. A interação do temor dos grandes investidores e empresários com a precaução da dona de casa pode criar situação do tipo "profecia que se auto-realiza" e o medo ser a causa do pânico. Se porventura o mercado financeiro continuar intranquilo, o risco maior que se corre é à crise conjuntural se juntar a crítica política desabrida dos pescadores em águas turvas, que na Câmara dos Deputados voltaram a pedir o impeachment do presidente da República. Se os empresários podem compreender intelectualmente as razões técnicas do Executivo, nem por isso absorvem com facilidade as críticas que o presidente da República lhes dirige — mesmo que o ministro Marques Moreira se empenhe em reafirmar que elas têm por alvo um pequeno setor da categoria, cujo comportamento (no entender oficial) é diferente das palavras. Já com a dona de casa se dá o contrário: ela ouve e lê o presidente Collor de Mello responsabilizar os empresários em geral

pela crise e, como não vê mais ações no estilo dos primeiros dias do Brasil Novo, acredita que o governo perdeu o controle da situação, a queda-de-braço da inflação. É assim que se iniciam as grandes crises — a partir de pequenos fatos e percepções falseadas da realidade.

Um desses pequenos fatos, que nos cansamos de apontar, é a descoordenação governamental. Pode-se dizer que, depois que o general Geisel impôs sua vontade de ferro a seus ministros, presidente nenhum mais conseguiu fazer um Ministério homogêneo. Figueiredo e Sarney, por exemplo, caracterizaram-se por ser maestros, regendo uma orquestra em que o máximo de solidariedade que havia entre os executantes era dizer que o desafinado era o outro. O governo Collor de Mello, que começou dando a impressão de coesão, unidade e coerência, em breve formou na mesma "banda de música" (não da ex-UDN, bem entendido): a responsabilidade pelos erros jurídicos nas primeiras medidas provisórias era de todos os que sobre elas deram palpites, menos de qualquer um deles em especial. Agora, os especialistas da Economia descobrem que os "especialistas" da Previdência, buscando zerar o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), taxaram o ouro de

maneira a tornar o contrabando a via natural de saída do metal do País. Tudo isso em lei! Que o presidente da República sancionou! Todos agora se assustam com o fato de o preço do ouro estar subindo — e ninguém se lembra de que, depois de a Polícia Federal fechar tantos garimpos e de a Previdência pretender sanear um orçamento à custa de nada, era apenas natural que faltasse ou-

ro até para o governo comprar, aumentando suas reservas cambiais.

A descoordenação se acrescenta aos descréditos que solapam as instituições, especialmente o Executivo e o Congresso. O primeiro pela repercussão que teve sobre a imagem da administração Collor de Mello o livro de memórias amorosas da sacerdotisa da ex-"Irmandade da Economia". O segundo, pelo alvoroço ainda não aplacado pelo que acontece na Comissão de Orçamento. Junte-se, pois, descoordenação e descrédito institucional, mais agressão verbal do presidente da República aos empresários, mais recessão, mais desemprego, mais alta de preços (numa queda-de-braço em que há total inconsciência política de alguns empresários e do Executivo) e se terá o quadro em cuja moldura se está dando este processo de inquietação do mercado.

É possível que amanhã as cotações de hoje não se sustentem, mas a fera já terá sentido o gosto do sangue. Não houve, no governo Sarney, dia em que o mercado se assustou com uma taxa de juros de 50% ao mês para o over? Depois se corrigiu o equívoco, mas a escalada se fez inexorável até os 80% de inflação mensal. Apesar de todos os instrumentos que tem a seu dispor — o mais formidável dos quais é poder abrir o mercado à importação, a fim de libertar a economia do abraço de tamanduá de alguns monopólios e cartéis (cujas responsabilidade já apontamos em editorial) —, o governo receia a economia de mercado e se limita a aumentar a taxa de juro. Com isso, desestimula a dona de casa que tem dinheiro na poupança (que rende muito menos do que o próprio Executivo sinaliza como inflação), inviabiliza as empresas que necessitam de capital de giro para sobreviver, favorece os que estocaram com garantias para a hipótese de os juros subirem ou descer, alimenta a inflação e aumenta seu descrédito.

Estamos num círculo vicioso infernal, que, por ser círculo, não tem início nem fim, mas se compõe de muitos, infinitos pontos. Ora, um deles é o Executivo — cujo chefe parece não se dar conta de que tem sua parte de responsabilidade na crise. Ou disso tem plena consciência e com seus técnicos dá a impressão de jogar na hiperinflação, como dissemos ontem.